

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, na Sala nº 502, do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e cinco minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNSP reuniu-se em sessão ordinária, com a presença dos seguintes membros: Sidnei Borges Fidalgo, Vice-Presidente do CGFNSP, representante suplente da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Presidente desta Sessão; Paulo Machado, representante titular do Ministério da Justiça; Carlos Humberto Oliveira e Welington Gomes Pimenta, representantes titular e suplente da Casa Civil da Presidência da República; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; ausente justificadamente o representante suplente da Procuradoria Geral da República. Participaram também da sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação da Ata da 75ª Reunião Ordinária; 2) Apreciação de 11 projetos estaduais; 3) Autorização para aquisições diretas no âmbito do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública; 4) Autorização para aquisições diretas no âmbito da Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos; 5) Autorização para adequação de valores do projeto de aquisição de um helicóptero para a Polícia Federal (aprovado na 74ª Reunião Ordinária) e 6) Autorização de aquisições diretas de 248 veículos, 3.723 coletes balísticos, 1.696 placas balísticas e 05 lanchas no âmbito do Departamento de Polícia Federal (Grandes Eventos).

DELIBERAÇÕES: Aberta a sessão, a ata da 75ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade. Em seguida, a Dra. Isabel Seixas de Figueiredo brevemente ressaltou que seriam apresentadas onze propostas estaduais provenientes do Edital nº 02/DEPAID/SENASP e recordou que neste ano o edital de ensino foi assunto de pauta em duas reuniões do Colegiado: a primeira quando o edital foi apresentado e a segunda quando o informe com os resultados do edital foi repassado aos Conselheiros, nesta ocasião, inclusive, ficou acertado que as propostas selecionadas seriam avaliadas individualmente pelo colegiado. Dito isso, ela explicou que o edital totalizou 20 propostas, todavia 09 propostas estavam sendo finalizadas no Portal de Convênios e por isto serão apresentadas na próxima reunião. Após, ela passou a palavra aos servidores Fabio Manhaes Xavier e Ademarcio de Moraes que apresentaram as propostas discriminadas abaixo:

	UF	Nº. Proposta SICONV	Objeto da Proposta	VALOR DO FNPS			Contra-partida	Total da Proposta
				Custeio	Capital	Total		
1	DF	047111/2011	Implementação de ações na área de educação em segurança pública do Distrito Federal, com aprimoramento das estruturas físicas e aprimoramento do ensino.	697.872,00	789.057,61	1.486.929,61	16.500,00	1.503.429,61
2	DF	047591/2011	Aprimoramento das estruturas físicas com a criação de escola itinerante em segurança pública e profissionalização dos servidores da segurança pública por meio de cursos de especialização em áreas específicas.	817.555,78	950.000,00	1.767.555,78	19.005,73	1.786.561,51
3	MG	046867/2011	Implementação de ações destinadas à área de educação em segurança pública, abrangendo linhas relacionadas ao aprimoramento das estruturas físico-pedagógicas da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e de suas unidades interiorizadas de educação.	782.200,55	841.126,65	1.623.327,20	42.587,00	1.665.914,20
4	MS	047672/2011	Implementação de ações destinadas à área de educação, abrangendo os aprimoramentos do ensino e estrutura físico pedagógica da Academia de Polícia Civil e do Centro de Formação de Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Mato Grosso do Sul.	603.029,16	551.790,15	1.154.819,31	11.717,67	1.166.536,98

5	MS	047597/ 2011	Implementação de ações destinadas à área de educação, abrangendo os aprimoramentos do ensino e estrutura físico-pedagógica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Mato Grosso do Sul.	916.600,00	1.048.250,00	1.964.850,00	26.000,00	1.990.850,00
6	RS	046650/ 2011	Modernização do Órgão Gestor do Ensino na Brigada Militar, com equipamentos e estrutura adequada de modo a realizar plenamente as capacitações dos profissionais da Brigada Militar (bombeiros e policiamento) e outros Órgãos da SSP.	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	85.000,00	2.085.000,00
7	RS	046616/ 2011	Ampliação da eficiência, eficácia e a efetividade do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação, integração e modernização de suas organizações para a prevenção e o controle da criminalidade no âmbito estadual.	983.790,72	933.870,72	1.917.661,44	79.902,56	1.997.564,00
8	SC	047540/ 2011	Implementação do curso de pós-graduação lato sensu em Inteligência Criminal e criar Escola da Segurança Pública Itinerante no Estado de Santa Catarina.	1.020.500,00	979.500,00	2.000.000,00	41.000,00	2.041.000,00
9	SC	047668/ 2011	Curso de pós-graduação lato sensu em Gestão de Segurança Pública e Aprimoramento das Estruturas Físicas dos Órgãos de Educação da Segurança Pública de Santa Catarina.	1.035.000,00	965.000,00	2.000.000,00	70.000,00	2.070.000,00
10	TO	048186/ 2011	Aprimoramento da estrutura física e do ensino policial da Academia de Polícia Civil do Estado de Tocantins.	768.470,00	753.100,60	1.521.570,60	15.369,40	1.536.940,00
11	TO	047519/ 2011	Implementação de ações destinadas à área de educação, abrangendo os aprimoramentos do ensino e estruturas físico-pedagógicas das instituições de Segurança Pública do Estado do Tocantins.	308.623,00	302.450,54	611.073,54	6.172,46	617.246,00
Total Geral				8.933.641,21	9.114.146,27	18.047.787,48	413.254,82	18.461.042,30

Finda a exposição, foram esclarecidos os questionamentos apresentados pelos Conselheiros. Em seguida, as propostas foram aprovadas sem objeções, com a exceção da Proposta nº 047591/2011 do Distrito Federal que não foi voltada pelos seguintes motivos: 1) Na proposta existe uma meta para a criação de uma escola itinerante por meio da aquisição de um ônibus adaptado no valor de R\$ 950.000,00. O colegiado ao comparar a aquisição pretendida com outras propostas que continham pedidos semelhantes considerou o valor apresentado elevado; 2) O Colegiado ponderou que a extensão territorial do DF é bastante pequena quando comparada com o tamanho de diversos Estados da Federação, portanto a aquisição de um ônibus para a criação de uma escola itinerante, num valor tão elevado, não estava se justificando; 3) No Distrito Federal existem academias na polícia militar, na polícia civil e nos corpos de bombeiros que podem ser utilizadas para a capacitação dos policiais, sendo, por conseguinte, dispensável o investimento pretendido. Diante disto, a área técnica da SENASP ponderou que solicitará ao Distrito Federal que apresente mais justificativas ou que reavalie o pedido apresentado.

Dando prosseguimento, a servidora Andrea Fontinele Correa Viana expôs três demandas do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública que foram aprovadas sem a necessidade de registros especiais, a saber:

Objeto da demanda	Valor referenciado no D.O.D. (R\$)
Prestação de Serviços de Seguro RETA para o Helicóptero AS 350 B2	3.088,41
Aquisição de óculos de segurança e abafadores de ruídos	5.001,60
Aquisição de baterias para lanterna	2.880,00
Total Geral	10.970,01

A mesma servidora informou que as demandas relacionadas no quadro abaixo já haviam sido aprovadas pelo Colegiado na 73ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor, contudo após a pesquisa de mercado realizada pela Coordenação-Geral de Logística – CGL/MJ, alguns itens tiveram seus valores elevados, motivo pelo qual os pleitos estavam novamente sendo submetidos ao Colegiado. A servidora explicou que os itens 3 e 4 tiveram maior elevação porque os valores referenciados no Documento de Oficialização da Demanda – DOD foram de preços contratados por outros órgãos, ou seja, eles já haviam sido alvos de lances durante o procedimento licitatório. Dito isso, ela esclareceu que os valores ora apresentados certamente seriam reduzidos quando da realização do procedimento licitatório pela CGL/MJ. Neste contexto, alguns conselheiros ponderaram que nenhuma aprovação do Conselho havia retornado em razão da elevação de valores. A servidora recordou que a Secretária no início de sua gestão explicou ao Colegiado que havia mudado a sistemática de aquisição direta na SENASP. Sendo assim, no novo modelo definido, a área demandante (SENASP) faz a pesquisa de preço e após a aprovação do Colegiado o processo segue para a CGL/MJ. Iniciado os procedimentos licitatórios, a CGL faz outra pesquisa de mercado, porque segundo o Regimento Interno do MJ, o órgão licitante é responsável por realizar a pesquisa que norteará o procedimento licitatório. No modelo anterior, o processo era submetido ao Colegiado depois que a CGL/MJ realizava a pesquisa mercadológica, sendo assim era aprovado o valor máximo previsto em cada projeto. A servidora explicou que houve a inversão do fluxo por vários motivos, a saber: 1) evitar o desperdício de trabalho da equipe da CGL, uma vez que existe a possibilidade do Conselho rejeitar o projeto e para a CGL essa perda é prejudicial já que o setor é responsável por atender as demandas das onze secretarias do MJ; 2) padronizar e agilizar os processos de aquisição da SENAP; e 3) antecipar a apresentação dos pleitos no Conselho. Por fim, a servidora explicou que para diminuir as distorções entre o valor pesquisado pela SENASP e pela CGL, nos próximos projetos o valor de referência será extraído de pesquisa de mercado e não baseado em preços contratados pela Administração. Dito isso, o Conselheiro Felipe Daruich Neto ponderou que o valor contratado é mais seguro para Administração Pública. O Presidente explicou que valor contratado é econômico ou “sem gordura” porque já foi licitado, mas nem sempre é possível utilizar este valor como referência. Ademais, se o registro de preço vencer, obrigatoriamente o órgão terá que realizar uma pesquisa que certamente conterà um preço mais elevado ou “com gordura”, porque as empresas só reduzem os preços durante o pregão. Dito isso, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira alertou que os preços de pesquisas para a Administração Pública muitas vezes não são realísticos, por isso o colegiado corre o risco de aprovar projetos cujos valores podem oscilar entre 40% ou 50% do valor efetivamente contratado. O Presidente declarou que se o Conselho julgar necessário o fluxo poderá novamente ser invertido. Os Conselheiros concluíram que o fluxo dos processos de aquisições diretas deve ser reavaliado pelo Colegiado em reunião na qual esteja presente a Presidente e também um representante da CGL/MJ. Após, eles aprovaram os ajustes apresentados conforme quadro abaixo, contudo solicitaram que fossem consignados na ata os esclarecimentos prestados pela servidora Andrea. Registra-se que os pleitos aprovados referem-se às ações orçamentárias: Força Nacional de Segurança Pública e Reparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança.

Item	Objeto da Demanda	Ação	Valor referenciado no DOD (R\$)	
			Valor aprovado na 73ª Reunião	Valor Atualizado
1	Fardamento	Força	1.735.604,00	1.764.925,50
2	Desencarcerador	Reap.	1.500.000,00	1.755.272,00
3	Equipamento de Respiração Autônomo	Reap.	3.500.000,00	3.849.067,35
4	Aquisição de Caminhão	Força	351.850,00	530.330,01
5	Aquisição de Viaturas	Força	7.465.416,36	11.714.666,36
6	Aquisição de Armamento	Força	2.775.454,00	2.865.654,00
	Total Geral		17.328.324,36	21.949.585,21

O Projeto de Estruturação da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE foi exposto pelo servidor Odécio Rodrigues Carneiro, Diretor de Logística/SESGE. Preliminarmente, o servidor recordou que a criação da SESGE ocorreu no mês de agosto quando foi publicado o Decreto nº 7.538, de 01/08/2011, portanto por tratar-se de unidade gestor nova, as despesas básicas relacionadas à

estruturação da SESGE não foram previstas no orçamento do MJ. Após o servidor destacou: 1) as carências e as dificuldades enfrentadas pela SESGE no seu dia-a-dia; 2) as aquisições necessárias para estruturação: mobiliário em geral, equipamentos de informática, telefone e veículos; 3) A forma de aquisição dos mencionados bens, isto é, será feita mediante adesão a ata de registro de preços em vigor; e 4) O valor do projeto: R\$ 1.489.970,00. Aberta a palavra, o Conselheiro Felipe Daruich Neto declarou que compreendia perfeitamente as carências relatadas e que o mérito delas era inquestionável, porém, no seu entendimento o escopo da ação orçamentária: Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014 não contemplava as aquisições pretendidas. Além disso, ele argumentou que tal pedido, em que pese a sua importância, caso aceito pelos demais conselheiros, abriria um precedente no Conselho que pela primeira vez aprovaria um projeto de estruturação no âmbito do Ministério da Justiça. Dito isso, foram feitas diversas ponderações a respeito das observações feitas. No contexto das discussões, o Conselheiro Felipe esclareceu que existia a possibilidade do Ministério da Justiça, mediante decreto, cancelar o crédito correspondente ao valor do projeto na ação Copa e suplementar outra ação fora do Fundo Nacional de Segurança Pública. Em seguida, ele explicou o que a área orçamentária do MJ deveria fazer para levar a efeito a solução apresentada. O Conselheiro como representante do Ministério do Planejamento, colocou-se à disposição para ajudar caso houvesse alguma dúvida ou dificuldade por parte do MJ. Ante a colocação feita, o Presidente solicitou ao servidor Odécio Rodrigues Carneiro que fizesse as articulações necessárias com a área orçamentária do Ministério com vistas a viabilizar a propositura feita pelo Conselheiro. Cabe consignar que os demais conselheiros também anuíram à solução proposta, o que desonerou o colegiado da apreciação da matéria. Finalizado este ponto de Pauta, o Conselheiro Carlos Humberto Oliveira informou que deixaria a reunião para atender chamado urgente na Casa Civil/PR e informou que a representação do órgão doravante ficaria a cargo do suplente, o Dr. Welington Gomes Pimenta.

Em seguida, a palavra foi passada à Diretora de Projetos Especiais/SESGE, Claudete Lehmkuhl. Ela declarou que apresentaria o projeto de assistência preparatória cujo nome é “Tecendo a Paz Social: Segurança com Cidadania em Grandes Eventos”. A servidora Claudete informou que a SESGE possui quatro diretorias em sua estrutura organizacional, sendo a Diretoria de Projetos Especiais uma delas. Essa Diretoria é responsável pelas ações de prevenção a violência e promoção da convivência, as quais, no contexto da preparação desses grandes eventos, representarão um legado social importante relacionado aos investimentos públicos efetuados. Em seguida, ela explicou que a linha de atuação da SESGE incorpora uma perspectiva de segurança integral, isto é, no entendimento da SESGE a segurança em um grande evento deve contemplar duas perspectivas: 1) políticas e ações de segurança tradicionalmente implantadas e 2) políticas e ações de prevenção, enfatizando processos comunitários. Essa última perspectiva visa assegurar a sustentabilidade da estratégia voltada ao controle e redução dos índices de violência e criminalidade, por meio da difusão de uma cultura de convivência pacífica nas comunidades envolvidas. Após este preâmbulo, a servidora detalhou o projeto destacando os seguintes aspectos: 1) o foco, o público alvo, os objetivos, as metodologias, a revisão das metodologias, estratégia de mobilização de recursos. 2) os quatro grandes eixos: Estratégia de segurança com cidadania para grandes eventos; estratégia de captação de recursos; restabelecendo a confiança nos operadores de segurança e gestão eficiente do projeto. 3) resultados esperados 1: serão alcançados mediante estratégias específicas como: a) Estratégia de sensibilização e mobilização para o desenvolvimento de ações de segurança com cidadania; b) Propostas de ações de inclusão social e prevenção à violência; c) Rede cidadã; d) Planos de segurança com cidadania; e) programa brigadas socorritas; f) Programas espaços urbanos seguros; g) programa de prevenção à violência nas escolas; h) Copa da paz social; i) Campanha de desarmamento; j) campanhas de estímulo ao desenvolvimento em ações de segurança; 3) resultados esperados 2: Estratégias para captação de recursos; 4) resultados esperados 3: restabelecendo a confiança nos operadores de segurança; 5) resultados esperados 4: Gestão eficiente do projeto. Após as informações gerais foi informado o valor do projeto em 2011: R\$ 2.471.910,00, bem como foi exibido quadro contendo diversos detalhamentos do projeto, inclusive dos gastos mencionados. Finalizando, a servidora explicou que o valor mencionado não se referia ao valor global do projeto e sim à primeira etapa. Franqueada a palavra ao Colegiado foram feitas indagações sobre a contratação de pessoas físicas mencionadas no quadro de detalhamento do projeto. A servidora informou que isto se referia à contratação de consultores via PNUD; explicou que o acordo de cooperação entre a SESGE e o PNUD

estava tramitando na Agência Brasileira de Cooperação – ABC e esclareceu que pelo acordo a ser firmado o pedido de contratação e as especificações dos produtos serão feitos pela SESGE, porém o PNUD fará a contratação. Neste contexto, o Presidente indagou se havia previsão orçamentária para a execução da segunda etapa do projeto, porque o Conselho não poderia aprovar a primeira etapa sem ter a certeza de que haverá recursos para a segunda fase. A servidora informou que a previsão para a segunda etapa do projeto é de R\$ 103.000.000,00 (cento e três milhões) e que a estratégia da SESGE será buscar parceria na iniciativa privada. Diante desta declaração, houve diversas discussões em que foram abordados os seguintes pontos: as dificuldades de internalização de recursos externos/doação no orçamento do MJ; o risco da não captação dos recursos almejados; a falta de informação sobre a composição de fontes de recursos que financiarão o projeto; a temeridade do Conselho em aprovar um projeto sem garantias de que a segunda etapa será desenvolvida; o número de empresas que se comprometeram com o projeto, dentre outros. Com a palavra, a servidora ponderou que era difícil informar o número de instituições que apoiará o projeto sem a elaboração da estrutura do projeto, ou seja, sem a execução da primeira parte do projeto e explicou que os recursos serão captados pelo PNUD. Dito isso, foi indagado se havia previsão legal para o PNUD absorver e executar tais recursos. A servidora declarou que sim, ponderando que a ABC estabelece os termos/as regras para este tipo de execução, citando, inclusive, que a ABC exige que no acordo de cooperação fique explicitado como o PNUD irá executar os gastos com os recursos públicos e privados. A servidora acrescentou que não é possível passar para a segunda fase do projeto sem o desenvolvimento de diversas metodologias. Ela ressaltou que muito embora as estratégias já estejam concebidas será necessário desenhar os desdobramentos de cada uma delas, como por exemplo, para a realização de um curso para negociadores, é preciso desenhar o curso e elaborar o material a ser utilizado, dentre outras tarefas. Os Conselheiros fizeram também ponderações sobre o pagamento de diárias e passagens para os consultores a serem contratados e sobre a aquisição de material de consumo apresentada no quadro de detalhamento do projeto. Por fim, devido aos diversos questionamentos feitos o projeto não foi colocado em votação e o Colegiado solicitou que fosse enviado ao Conselho: o detalhamento da segunda fase do projeto, contendo, inclusive as informações relacionadas ao financiamento dessa fase nos exercícios seguintes visando à garantia da sustentabilidade financeira do projeto, bem como a memória de cálculo da primeira fase do projeto.

O Delegado Felipe Tavares Seixas, Coordenador de Segurança em Grandes Eventos/DPF, expôs os pleitos do Departamento de Polícia Federal. Inicialmente, o servidor informou que na 74ª Reunião Ordinária de 14/09/2011, o Colegiado aprovou o Projeto de Apoio Aerotático da Polícia Federal nos Grandes Eventos. Contudo, em razão do aumento da cotação do dólar, o recurso destinado à aquisição do helicóptero de porte intermediário (R\$ 22.500.000,00) tornou-se insuficiente, sendo necessária a complementação do valor. Diante disto, após análise técnica da Coordenação de Aviação Operacional, que verificou as necessidades de emprego da aviação operacional na Copa do Mundo 2014, a Polícia Federal decidiu abdicar da aquisição, neste exercício, do helicóptero de porte leve e remanejar este recurso (R\$ 6.500.000,00) para o helicóptero de porte intermediário. O Delegado recordou que na matriz de risco do Projeto de Apoio Aerotático apresentada ao Colegiado a mudança no valor da cotação do dólar foi apontada como risco de alto impacto na execução do projeto. Por fim, ele destacou as vantagens de utilização de helicóptero de porte intermediário em eventos considerados críticos ou em ações de terrorismo. Cabe ressaltar, que o valor do citado helicóptero, depois da variação cambial, passou para R\$ 29.000.000,000 (vinte e nove milhões). Após estes esclarecimentos, foram respondidas indagações do Colegiado sobre a variação cambial ocorrida. Na seqüência, o pedido de adequação foi aprovado por unanimidade. Registra-se que o recurso aprovado refere-se à ação orçamentária denominada: Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014.

Em seguida, o Delegado Felipe apresentou os projetos da Polícia Federal destacados no quadro abaixo. O servidor detalhou cada um dos três projetos e explicou as finalidades deles no contexto da Copa do Mundo 2014. No decorrer das apresentações foram esclarecidas as dúvidas e os questionados apresentados pelos Conselheiros. Em seguida, os pleitos foram aprovados conforme valores a seguir especificados. Cabe consignar que o Conselheiro Felipe Daruich Neto, no contexto da apresentação destes projetos, voltou a declarar que em seu entendimento os recursos destinados para os grandes

eventos deveriam ser alocados diretamente no orçamento do órgão executor da ação e não do Fundo Nacional de Segurança Pública. Por fim, registra-se que os recursos aprovados referem-se à ação orçamentária denominada: Ações Preventivas de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014.

<i>Projetos</i>		Valor (R\$)
01	Barcos Infláveis Semirrígidos (05 lanchas ostensivas)	1.490.000,00
02	Coletes (3.723 und.) e Placas (1.636 und.) Balísticas	3.694.051,54
03	Viaturas 4 X 4 (248 und.)	18.788.735,44
Total		23.972.786,98

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezenove horas deste dia. E, para constar, esta Ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

Sidnei Borges Fidalgo
Presidente da Sessão

Paulo Machado
Ministério da Justiça

Felipe Daruich Neto
Ministério do Planejamento, Orçamento e
Gestão

Carlos Humberto Oliveira
Casa Civil da Presidência da República

Carlos Rogério Ferreira Cota
Gabinete de Segurança Institucional da
Presidência da República

Não representada
Procuradoria Geral da República